

Brasil assina nota de apoio ao Chile

Paulo Nicoletta

CRISTINA BORGES E
FLÁVIA OLIVEIRA

O Brasil assinou ontem uma declaração conjunta de países do Mercosul em apoio ao Chile, criticando a "aplicação unilateral e extraterritorialidade" da Justiça, sem no entanto fazer referência direta ao general Augusto Pinochet, à Grã-Bretanha ou à Espanha. "Os países do Mercosul, Bolívia e Chile rejeitam a aplicação unilateral e extraterritorial das leis nacionais como constituindo ações que violam a igualdade jurídica dos Estados, os princípios de respeito e dignidade pela soberania dos Estados e a não-intervenção em assuntos internos que ameaça a convivência dos mesmos", diz a declaração.

O texto continua com uma ressalva: "Ao mesmo tempo, (os países do Mercosul, Bolívia e Chile) reconhecem e apóiam o progressivo desenvolvimento de normas internacionais sobre a responsabilidade penal individual pela prática de certos crimes (que têm) transcendência internacional."

Brasil - O porta-voz do governo brasileiro, Sérgio Amaral, justificou a adesão do país ao documento. Segundo ele, o presidente Fernando Henrique Cardoso, que se exilou no Chile e na França durante a ditadura militar brasileira, é contra "todas as ditaduras e todos os ditadores", mas também defende a soberania dos Estados.

No Itamarati, circula a versão de que Fernando Henrique não é contra a extradição de Pinochet pela Inglaterra. Pessoalmente, o presidente concordaria que o caso deve ser julgado internacionalmente, já que o Chile jamais o fará. No entanto, por uma questão de boa vizinhança com os parceiros do Mercosul, não poderia deixar de assinar a declaração.

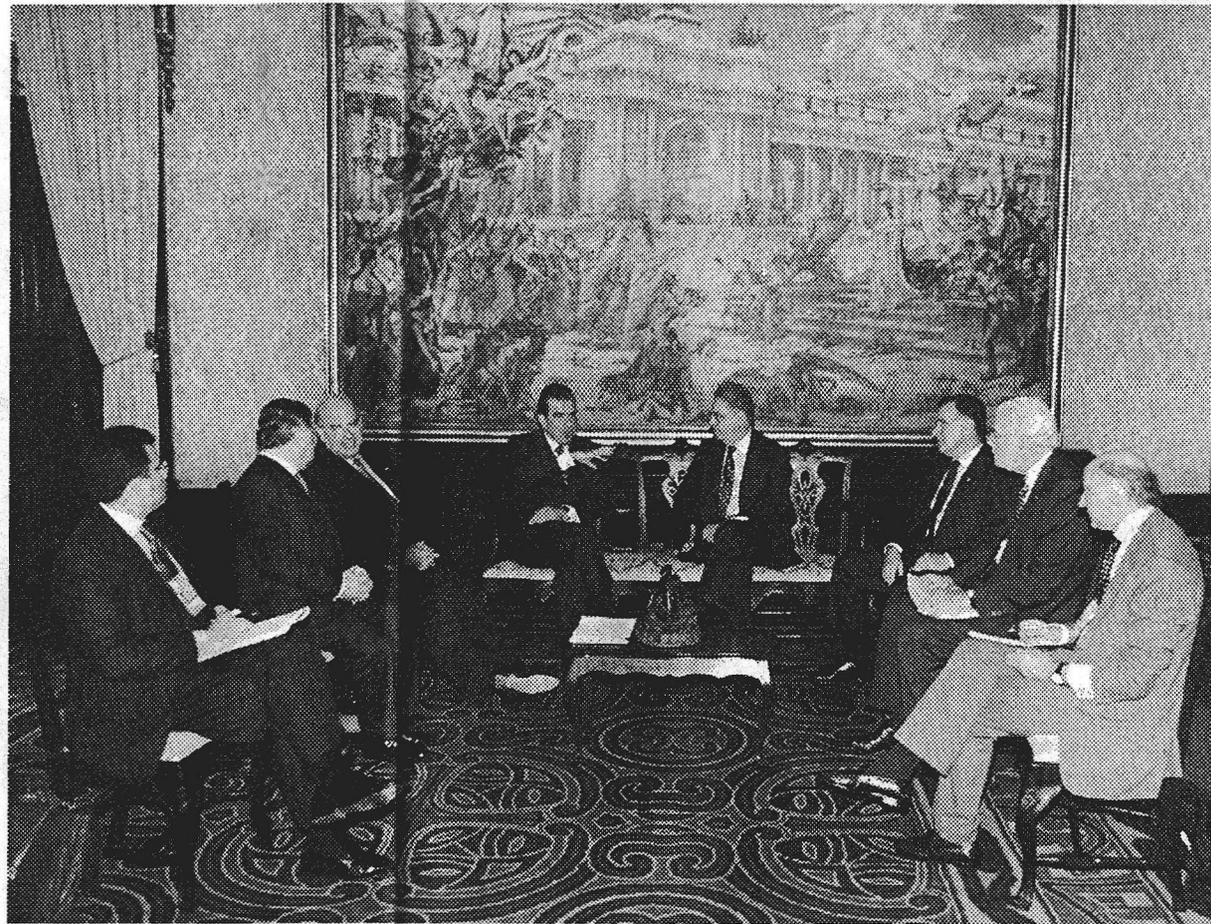
A idéia de divulgar um documento de apoio ao Chile para impedir que Pinochet seja julgado na Espanha foi do presidente argentino Carlos Menem. Os representantes do Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai) e Bolívia e Chile

(associados ao bloco) assinaram a declaração conjunta antes de serem informados sobre a decisão do ministro do Interior britânico, Jack Straw, de dar sinal verde para o processo de extradição do ex-ditador. O documento, que seria divulgado apenas hoje, vazou para a imprensa logo depois. Curiosamente, quando Pinochet foi preso em 16 de outubro, os mesmos líderes latino-americanos estavam reunidos na Cúpula Ibero-Americana, na cidade do Porto (Portugal).

Assim que soube da decisão do ministro inglês, o presidente do Chile, Eduardo Frei, convocou o Conselho de Segurança Nacional do país para uma reunião amanhã, às 11 horas. No entanto, manteve sua agenda no Brasil e foi ao Itamarati para a comemoração do aniversário de 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Hoje, ao meio-dia, o presidente volta ao Chile.

Considerando a situação extremamente "delicada e complexa", Frei anunciou que utilizará todos os meios a seu alcance para reverter o processo de extradição. O presidente expressou a "mais enérgica" rejeição à decisão britânica, mas afirmou que os chilenos devem acatá-la. "O ministro do Interior Britânico decidiu contra a legislação chilena e os princípios internacionais da territorialidade, que nós defendemos em todos os fóruns e em todas as instâncias internacionais", criticou.

Símbolo - O ministro das Relações Exteriores do Chile, José Miguel Insulza, aproveitou para comentar que "Pinochet se converteu num símbolo, não se pode considerá-lo como o único responsável pelas violações de direitos humanos no mundo". Insulza fez questão de frisar que a nota conjunta dos países do Mercosul não foi escrita a pedido do Chile. "O governo chileno não pretendia que estes países tomassem uma posição política ante o Reino Unido e a Espanha. Está satisfeito com o teor do documento", afirmou.



O presidente chileno Eduardo Frei conversa sobre problemas de seu país com Fernando Henrique (centro)

A ÍNTEGRA DA NOTA

1: Os países-membro do Mercosul, Bolívia e Chile reiteram seu permanente e firme respeito aos princípios e às normas da comunidade internacional relativos aos Direitos Humanos, bem como seu compromisso de lutar por seu estrito cumprimento no âmbito das respectivas normativas nacionais e internacionais.

2: Expressam também sua convicção de que o respeito à igualdade soberana dos Estados, tal como disposto no artigo 2 da Carta das Nações Unidas, constitui uma base indispensável para a convivência internacional.

3: Reiteram o expressado na Declaração sobre Medidas Unilaterais subscrita em Assunção, em 24 de agosto de 1997, no âmbito do Grupo do Rio, no sentido de rechaçar a

aplicação unilateral e extraterritorial de leis nacionais por constituir ações que violam a igualdade jurídica dos Estados e a não intervenção em assuntos internos, que ameaçam a convivência dos mesmos. Reconhecem e apóiam, ao mesmo tempo, o desenvolvimento progressivo da normativa internacional sobre a responsabilidade penal do indivíduo, pela prática de certos crimes de transcendência internacional.

4: Os Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile têm atuado sempre no sentido de consolidar e fortalecer os processos de democratização em sua região e, inclusive com esse propósito, estabeleceram que a plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o

desenvolvimento dos processos de integração nos quais estão envolvidos.

5: A vigência do Estado Democrático de Direito implica, por sua vez, a divisão de Poderes, independência do Poder Judiciário e sua plena jurisdição em matérias próprias de sua competência.

6: Nesse contexto, reiteram a importância de que a comunidade internacional apóie os processos de construção e aperfeiçoamento da democracia e fortalecimento dos Direitos Humanos. Reafirmam, ademais, a importância dos consensos internos alcançados democraticamente nos países da região.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1998.